

**ATA DA OITAVA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel, no auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos, informou que por motivos de ordem profissional chegaria após à abertura da sessão, e por tal, foi substituído no início da sessão pela senhora primeira secretária Liliana Cristina Gomes Nunes e o senhor segundo secretário, Luís Filipe Martins Pereira, foi substituído pelo senhor deputado Alberto Clemente de Melo e Sousa.-----

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, Agostinho Jesus Gomes Guedes, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, e o senhor Presidentes da Junta de Freguesia de Boelhe, Artur Inácio da Rocha Teixeira.-----

-----O senhor deputado, Agostinho Jesus Gomes Guedes, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor António José Vieira da Rocha.-----

-----A senhora deputada, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer- PSD, apresentou a justificação de falta, por motivos de saúde, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo.-----

-----O senhor deputado, Agostinho Moreira Gonçalves, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro.-----

-----A senhora deputada, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido - PS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, pelo senhor Renato Joaquim Rocha Barros.-----

-----O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alexandre Igreja Guimarães, que também pelos mesmos motivos solicitou a sua substituição pelo senhor José Manuel Salgueiro Macedo.-----

-----O senhor Presidente da Junta de freguesia de Boelhe, Artur Inácio da Rocha Teixeira apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais. -----

-----A senhora Presidente em exercício informou que a mesa recebeu uma justificação de falta por motivos profissionais do senhor Vereador Agostinho Soares, solicitando a sua substituição pelo eleito imediatamente a seguir o senhor Mateus Oliveira. Referiu que a mesa admitia a presença do senhor Vereador Mateus Oliveira. Não tinham a certeza do suporte legal sobre o pedido de substituição dos senhores Vereadores na Assembleia Municipal, porém a mesa admitiu a substituição do senhor Vereador Agostinho Soares pelo do senhor Vereador Mateus Oliveira. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -

-----Os senhores Secretários da Assembleia Municipal, procederam à leitura da correspondência, votos de louvor e pesar entrados na mesa: -----

"Agradeço à Assembleia Municipal de Penafiel o voto de louvor associado à nomeação para as funções de diretor clínico do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Santo António, resultante da fusão entre o Centro Hospitalar Universitário do Porto e o Hospital de Magalhães Lemos, bem como os desejos de sucesso para o mandato. -----

-----O Hospital Geral de Santo António deixou de ser a referência primária da rede hospitalar para o concelho de Penafiel há décadas. O número bruto de episódios clínicos de cidadãos penafidelenses na nossa casuística é modesto (cerca de 15.000 em 2022). No entanto, estamos sempre abertos à região e ao país, especialmente no que respeita aos nossos 16 centros de referência de doenças raras ou complexas. Ademais, temos acolhido estudantes de Medicina oriundos da Escola Secundária de Penafiel, muitos e bons, no âmbito da nossa parceria académica com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. -----

-----Grato e ao dispor, apresento os melhores cumprimentos, -----

-----José Barros"-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista", apresentou os seguintes votos de Louvor e Pesar: -----

----- Votos de Louvor-----

-----1. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor uma vez mais, a V. Ex.a a aprovação de um voto de louvor ao jovem atleta penafidelense de 11 anos "Gonçalinho" Garcia, atleta do Clube de Karaté da Maia, residente em Cabeça Santa. -----

-----Já são imensas as conquistas alcançadas pelo jovem na modalidade do Karaté, quer no âmbito nacional quer no âmbito internacional. -----

-----Gonçalo Garcia foi, recentemente 1.º Classificado, sagrando-se Campeão Regional de combate na categoria de -37kg, no Open de Karaté da Mealhada, em Aveiro, que decorreu no dia 25 de abril, dando continuidade a uma série de seis vitórias consecutivas. -----

-----Com esta vitória no Open da Mealhada, o atleta alcançou a 7.ª vitória consecutiva, contabilizando já 43 subidas ao pódio. -----

-----Releve-se que o Campeonato Regional Norte teve em vista apurar os oito melhores atletas de cada categoria para o Campeonato Nacional de Karaté de Iniciados e Juvenis que se vai realizar no próximo dia 6 de maio, em Paços de Ferreira. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça ao atleta, pais, equipa técnica, direção do Clube Karaté da Maia e restante staff, felicidades e votos para que continuem nesta onda de saborosos triunfos. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao jovem atleta, aos pais e à coletividade Clube Karaté da Maia." -----

-----2. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a aprovação de um voto de louvor ao jovem penafidelense Cristiano Bessa, formando do Núcleo do CENFIM de Amarante, que alcançou a medalha de ouro em Robótica Industrial, na 45ª edição do Campeonato Nacional das Profissões, que decorreu entre os dias 7 e 12 de março, em Portimão. -----

-----Cristiano Bessa integrou o Núcleo do CENFIM de Amarante, que participou na edição deste ano do Campeonato Nacional das Profissões com 10 concorrentes e oito jurados, representando oito profissões. O jovem penafidelense conquistou uma das três medalhas de ouro nesta competição que distingue os melhores profissionais de Portugal. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça ao jovem Cristiano Bessa Núcleo do CENFIM de Amarante os nossos parabéns, endereçando os nossos sinceros votos de que alcancem muitos sucessos. Que do presente voto seja dado ao Jovem Cristiano Bessa. -----

-----3. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex.a a aprovação de um voto de louvor à equipa de futsal feminino "Águias de Santa Marta" que assegurou, no passado dia 26 de abril, um lugar no play-off para o apuramento de campeão Nacional de Futsal Feminino. -----

-----O FC Águias de Santa Marta, que milita na Liga Placard Futsal Feminino, venceu a equipa da Quinta dos Lombos, por 4-0, num jogo que se disputou no Pavilhão Municipal de Novelas, a contar para 22º e última jornada do campeonato da primeira fase da prova, alcançando assim, o direito a disputarem a poule final de apuramento de campeão. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça às atletas envolvidas, à equipa técnica, à direção do clube "Águias de Santa Marta "e restante staff, os nossos parabéns e votos para que conquistem muitas vitórias." -----

-----4. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a aprovação de um voto de louvor à jovem bombeira da corporação dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, Diana Jacinta Couto Ferreira, pelo excelente desempenho alcançado na Prova de Resistência "Bombeiros de Elite". -----

-----A jovem operacional Diana Ferreira conseguiu, no passado dia 11 de março, ser a bombeira mais eficaz e eficiente no seu escalão 18-29 anos e a melhor classificada em termos absolutos na competição Bombeiro de Elite, realizada em Coimbra. -----



-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça à jovem Diana e aos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa o nosso muito obrigado pelo prestígio que dá ao concelho, endereçando votos para que continuem a alcançar tão prestigiados prémios. -----

-----Que do presente voto seja dado conhecimento à operacional e aos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa. -----

-----5. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a a aprovação de um voto de louvor ao jovem atleta do Penafiel Bike Clube, Tomás Gaspar, pela sua reiterada convocatória para representar a seleção nacional de BTI. -----

-----O atleta Tomás Gaspar, participou com as cores nacionais na BTT/XCO, no Shimano Super Cup Massi em Banyoles, que se realizou em Girona-Barcelona, no início do mês de março, prova que está inserida no calendário internacional da UCI e de categoria HC, pontuável para o Júnior Series XCO", onde marcaram presença mais de 150 atletas oriundos de vários países e as melhores seleções do mundo de BTI. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça ao jovem atleta e à coletividade Penafiel Bike Clube o nosso muito obrigado pelo prestígio que dá ao concelho e à modalidade em geral, endereçando os nossos sinceros votos de que alcancem muitos sucessos. -----

-----Que do presente voto seja dado conhecimento ao atleta e à coletividade Penafiel Bike Clube. --

-----6. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa. aprovação de um voto de louvor a todas as pessoas que tornaram possível o sucesso da Procissão "As Endoenças", realizada no dia 6 de abril. Este evento secular, com mais de 300 anos de história, "alumia" magnificamente, com milhares de tigelinhas de cera as margens do rio Tâmega, envolvendo três concelhos - o lugar de Torrão pertencente à freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão (Marco de Canaveses), o lugar de Entre-os-Rios, da freguesia da Eja (Penafiel) e ainda o lugar de Boure, na margem esquerda do rio Douro, pertencente ao concelho de Castelo de Paiva, lugares que constituem antigo Couto de Entre-os-Rios. -----

-----Releve-se que o evento consta do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial do país sendo comumente aceite como uma das mais belas tradições religiosas dos concelhos envolvidos e do Norte do país. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça às personalidades envolvidas, às Juntas de Freguesia e Autarquias os nossos parabéns e o nosso muito obrigado pela projeção que dão à região."-----

-----Que do presente voto seja dado conhecimento às pessoas responsáveis." -----

-----7. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor uma vez mais, a V. Exa. aprovação de um voto de louvor aos jovens atletas penafidelense da Escola de Karaté Penafiel-ADP (Associação Desportiva de Penafiel) que conquistaram oito medalhas no Open de Karaté da Mealhada que decorreu no dia 25 de abril, na Mealhada, distrito de Aveiro. -----

-----Os atletas Miguel Motta e David Soares conquistaram o primeiro lugar do pódio; Gabriel Amorim e Francisco Barbosa ficaram nos segundos lugares; Ariana Leal, Gabriela Seabra, Martin

Lisboa e Rúben Moreira conquistaram os terceiros lugares; Santiago Garcês, Miguel Duarte, Duarte Moreira, João Almeida, Lara Rosário, e Gonçalo Silva ficaram em quinto lugar, respetivamente. -----

-----Também, no passado, dia 15 de abril, mais atletas da Associação Desportiva de Penafiel destacaram-se no Campeonato Regional de Karaté que teve lugar no Pavilhão dos Desportos de Vila Real - Rodrigo Lourenço sagrou-se campeão regional de combate na categoria -30kg, enquanto Bernardo Rodrigues foi vice-campeão regional de combate na categoria de -37kg. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça aos atletas, à Associação Desportiva de Penafiel seção de Karaté, pais, equipas técnicas, muitas felicidades e votos para que continuem nesta onda de saborosos triunfos. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento aos jovens atletas, aos pais e à Associação Desportiva de Penafiel. -----

-----8. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa. aprovação de um voto de louvor à equipa Futebol Clube das Termas São Vicente que, no passado dia 22 de abril, se sagrou campeã da AF Porto -1ª Divisão- Série 2, 2022/23. -----

-----Releva-se que esta consagração é um feito inédito tanto do clube como das restantes equipas do concelho Penafiel. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 28 de abril de 2023, endereça aos atletas envolvidos, à equipa técnica, à direção do clube "Futebol Clube das Termas São Vicente "e restante staff, os parabéns pelo feito alcançado, e pelo incentivo que dão à sua prática através das escolas de formação, endereçando votos para que continuem a granjear vitórias nos novos desafios que se avizinham." -----

----- **Votos de Pesar** -----

-----1. "Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm, por este meio, propor a V. Exa. aprovação de um Voto de Pesar, pelo falecimento, no passado dia 19 de março, em Lisboa, aos 91anos, do ilustre cidadão honorário de Penafiel, Comendador Manuel Rui Azinhais Nabeiro, presidente e fundador do Grupo Nabeiro- Delta cafés. -----

-----Manuel Rui Azinhais Nabeiro nasceu a 28 de março de 1931, em Campo Maior, no distrito de Portalegre e começou a trabalhar muito cedo, com apenas 12 anos, ajudando os pais e tios na torra do café. -----

-----Em 1961, o Comendador Rui Nabeiro fundou com a esposa e filhos a Delta Cafés, marca mundialmente conhecida no ramo dos cafés. Seguir-se-iam a Novadelta, em 1982, e a Nabeirogest, em 1988, empresa vocacionada também para o ramo agrícola e vitivinícola, distribuição alimentar e de bebidas e hotelaria, tornando-se um grande empregador, amigo dos seus trabalhadores e venerado por todos que com ele interagiam. -----

-----O seu percurso cívico fica marcado não só pela sua extensa e diversificada ação filantrópica, mas também pelo seu serviço à comunidade inclusive na sua incursão na política tendo sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, ainda antes do 25 de Abril, em 1962 e 1972. Em 1977, voltaria ao cargo, eleito democraticamente, pelo Partido Socialista de quem era e será

eternamente um militante de referência. Cessou funções em 1986, depois de ter sido reeleito duas vezes. -----

-----Releva-se que devido ao seu excelente percurso empresarial e atividade cívica, foi agraciado com diversas distinções públicas, sendo exemplos a atribuição, em 1995, pelo Presidente da República Mário Soares, do grau de Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial - Classe Industrial, e, em 2006, pelo Presidente Jorge Sampaio, do grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Também foi distinguido com o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Évora, pela Universidade Lusófona e, mais recentemente, pela Universidade de Coimbra. -----

-----Portugal perdeu de uma das suas mais relevantes e acarinhadas figuras, destacado e singular impulsionador económico e social. O Comendador Rui Nabeiro foi o grande responsável, em Portugal, pela valorização de conceitos fundamentais na gestão de empresas, como a solidariedade institucional, a ética laboral e negociai e a projeção das comunidades. -----

-----O Mundo perdeu um humanista extraordinário e Portugal ficou sem uma das suas maiores referências, um ser humano dotado de uma invulgar sensibilidade social, que granjeou o respeito e a admiração dos portugueses e um Cidadão exemplar, que a todos deve inspirar. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 28 de abril de 2023 endereça à família enlutada e todos os colaboradores das suas empresas as mais sentidas condolências."-----

-----2. "Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm por este meio, propor a V. Ex.a a aprovação de um VOTO de PESAR, pelo falecimento, no passado dia 28 de março, aos 85 anos de idade, da Excelentíssima Senhora D. Maria Augusta Pinto Ferreira, mãe da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Galegos, Laura Manuela Ferreira Duarte. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 28 de abril de 2023 endereça à família enlutada as mais sentidas condolências. -----

-----3. "Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm por este meio, propor a V. Exa. aprovação de um VOTO de PESAR, pelo falecimento, no passado dia 25 de março, aos 89 anos de idade, do ilustre penafidense e professor António da Costa Pinto. -----

-----António da Costa Pinto nasceu a 11 de fevereiro de 1934 na freguesia de Alpendorada e Matos, concelho de Marco de Canaveses.-----

-----Veio residir no ano de 1973 com a sua família para a cidade de Penafiel onde lhe foi possível pôr os filhos a estudar, permitindo-lhes um futuro mais auspicioso. Os seus seis filhos tornaram-se adultos e todos alcançaram uma licenciatura, objetivo alcançado que lhe possibilitou a realização do seu sonho.-----

-----Ao nível profissional mostrou uma resiliência, espírito empreendedor e ambição digno de verdadeiro guerreiro. Foi Pedreiro até aos 28 anos, foi continuo na Escola Soares dos Reis até aos 39 anos onde, cumulativamente, na situação de estudante em regime noturno, obteve habilitação profissional para alcançar o lugar de professor efetivo no quadro da Escola Secundaria de Penafiel, no ano 1978. Neste estabelecimento de Ensino exerceu as funções de Chefe da Secretaria. Mais tarde

tornou-se docente efetivo na Escola entre 1979 a 2001. Neste percurso de docente fez parte do Conselho Diretivo desta escola em 3 mandatos. -----

-----Foi sócio fundador, antes do 25 de abril, da Associação Recreativa e Cultural em Alpendorada, e Matos, instituição que surge em 1973. -----

-----Em Penafiel, pertenceu aos órgãos sociais da Direção dos Bombeiros Voluntários de Penafiel na década de 80. -----

-----Foi membro da Assembleia Municipal de Penafiel, na qual exerceu as funções de Secretário da Mesa no mandato da Aliança Democrática de 1979 a 1982. -----

-----Releve-se que o professor António da Costa Pinto era pai dos nossos ilustres colegas deputados nesta Assembleia, António Sousa Pinto e Carlos Pinto. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 28 de abril de 2023 endereça à família enlutada e, em particular aos seus filhos e esposa, as mais sentidas condolências." -----

----- — **O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer”, apresentou os seguintes votos de Louvor:** -----

----- **Votos de louvor:** -----

-----1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, a Cristiano Bessa, aluno do CENFIM, que obteve a medalha de ouro na profissão de Robótica Industrial, no 45º Campeonato Nacional das Profissões em Portimão."-----

-----2. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, a Gabriela da Silva Vitória, Penafidense que sagrou-se Campeã Nacional, no Campeonato Nacional de Show e Precisão de Patinagem Artística, na disciplina de Show Quartetos Juniores."-----

----- 3. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, ao Grupo Dancing Soul F.A, pela conquista do primeiro lugar no Campeonato Ali Dance Portugal 2023, no escalão DS Crew."-----

----- 4. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, à atleta do Sport Lisboa Benfca, Lúcia Catarina Sousa Alves, pela sua integração na Seleção Nacional de futebol feminino que foi apurada para o Mundial de futebol."-----

----- 5. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, a Maria Inês Barros, atleta da Associação de Caçadores do Tâmega que conquistou a medalha de ouro em equipas mistas na Taça do Mundo de Fosso Olímpico que se realizou em Larnaca no Chipre."-----

----- 6. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe aprovação de voto de louvor, a Tomás Freitas, aluno da Escola Secundária de Penafiel, que esteve a competir nos Distritais de Jovens de Xadrez do Porto, que ocorreram na Escola Básica Infanta Dona Mafalda, em Rio Tinto, de 18, a 21 de fevereiro, na categoria de sub-14 e focou a apenas 0,5 pontos do primeiro lugar, terminando como o novo vice-campeão nos sub- 14."-----

-----7." O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe aprovação de voto de louvor à Escola Secundária de Penafiel com enfoque na equipa de professores envolvida no projeto do Xadrez,

pela dedicação e empenho na promoção desta modalidade desportiva e cujo trabalho começa a frutificar.”-----

-----Votos de Pesar -----

----- 1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe um voto de pesar, pelo falecimento da D. Maria Augusta Pinto Ferreira. Maria Augusta, conhecida por Gusta Teixa, mãe de 13 filhos, 7 rapazes e 6 raparigas, ao qual uma das suas filhas é atualmente Presidente da Junta de Freguesia de Galegos.-----

-----A Maria Augusta, residia na Avenida Padre Vitorino António de Melo Galegos, era conhecida e reconhecida pela sua personalidade e ajuda ao próximo, era efetivamente uma pessoa de bem e amiga da terra, deixa um grande legado pela família que formou e um reconhecimento por toda a comunidade. -----

-----Faleceu com 85 anos de idade, a 28 de Março de 2023, pelo que, apresenta-se as mais sentidas condolências pelo seu falecimento à família enlutada. -----

-----Propõe ainda o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória.”-----

-----Posto à votação a admissibilidade dos votos de louvor e pesar apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Irivo: Referiu e associava-se ao desalento e insatisfação da população de Irivo no que dizia respeito a uma construção junto à capela da Nossa Senhora da Conceição no lugar da Ermida. Capela essa que tem um grande simbolismo para a comunidade, com celebração anual da festa solene da Nossa Senhora da Conceição que já tem 500 anos. -- -----

-----Para conhecimento geral, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se tem conhecimento de alguma intervenção, por parte do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Irivo, na obra de licenciamento junto à referida capela. -- -----

-----Mais perguntou, se a referida obra cumpre todas as questões legais para que a mesma possa ser objeto de construção. -----

-----Entendia a questão dos privados, sabia que compre o PDM, mas se houvesse uma concertação com a população, no sentido de evitar que fosse castrado a vista e o ambiente que rodeia a capela, a obra podia continuar. Sabe que o senhor Presidente está atento à situação e a população de Irivo tem uma proposta para lhe apresentar que por ventura pudesse solucionar toda aquela situação. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Começou por dizer que se fossem todos como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Irivo, Penafiel seria, certamente, um concelho muito melhor para viver e muito mais desenvolvido. -----

-----Relativamente a uma notícia que o PSD lançou para a imprensa sobre a CPCJ de Penafiel, disse que, a forma como a notícia foi publicada tinha alguma piada pela forma como foram utilizados

os argumentos. Referiu que o que se nota na governação do Executivo da coligação Penafiel Quer, é que existem dois pesos e duas medidas na forma como se faz política no concelho, ou seja, acusam o PS Penafiel, quando este denuncia uma ilegalidade, e de fazer um aproveitamento político de uma instituição que procura defender os jovens em situações desfavoráveis no concelho, quando sabiam era ilegal do facto da atual Presidente e do antigo Presidente dessa mesma comissão não estarem a tempo inteiro apesar de não estarem a cumprir a Lei.-----

Na altura o antigo representante do município que depois passou a ser Presidente da CPCJ Penafiel, o senhor vereador Rodrigo Lopes foi indicado e dito, que deveria estar a tempo inteiro como obrigava a Lei. Esse facto foi referido numa reunião de comissão restrita, em que a dr^a. Maria Coelho, representante, à data, da segurança social, e que presidia a esse mesmo órgão, deveria estar a tempo inteiro. Esse assunto foi comunicado pelo Presidente da Câmara à Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens. -----

-----Disse que a pergunta que se impunha é afinal, quem é que está a fazer aproveitamento político? Se é o PS que, mais uma vez, está a denunciar uma ilegalidade da Câmara Municipal, ou seu é efetivamente a Câmara Municipal e o partido que a acompanha está a acusar o PS, quando o Partido Socialista a única coisa que está a fazer é pedir que se cumpra a Lei. Recordou que em 2020 o PSD e a Câmara Municipal também queriam que fosse cumprida a Lei nesse mesmo órgão, quando sugeriram à senhora Presidente que ela própria estivesse a tempo interior, quando na notícia disseram que a mesma tinha saído pelo seu próprio pé. -----

-----Nunca colocou em causa a competência da vereadora Daniela Oliveira, no entanto está muito subcarregada de serviço, exerce funções em quatro pelouros e não consegue, evidentemente, cumprir com as exigências de uma estrutura que, no ano passado, teve 313 processos instaurados. -----

-----Conclui dizendo que nessa mesma notícia, o Executivo sugeriu que a representante do PS na comissão assumisse esse cargo, assim sendo, também o PS sugere que fossem atribuídos alguns dos Pelouros que a senhora ex-Vereadora, dr^a Susana Oliveira, deixou à disposição e não foram distribuídos pelo senhor Vereador que a foi substituir, que os atribuisse pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, pois isso ajudaria a autarquia e seria inédito em Penafiel. -----

----- A senhora deputada Ana Lourenço: Começou por referir que os 49 anos de liberdade, uma conquista de todos. Celebram com a habitual sessão solene e também atividades realizadas por grupos e associações do concelho. 49 anos depois, o que conseguiram fazer ? O que ainda está por fazer? Celebraram 49 anos de políticas nacionais e locais que foram cumprindo o desígnio de garantir um Estado Social com saúde, educação e igualdade de oportunidades para todos, cumprimentando todos os autarcas que ao longo dos últimos 49 anos governaram Penafiel.-----

-----49 anos depois é necessário repensar sobre o que queremos para Portugal, o que queremos para as gerações futuras. Querem uns pais onde não confiavam na resposta do serviço nacional de saúde? Um país onde a escola pública não é a primeira escolha para vários pais deste país? Um país onde as associações de cuidadores dos mais idosos, aqueles que tanto lutaram pela liberdade de expressão, de opinião que temos hoje; não conseguem suportar os custos de manutenção das

instalações por insuficiente apoio da segurança social? Um país onde os jovens que procuram novos conhecimentos noutros países não querem voltar porque aqui não conseguem subir no elevador social? - -----

-----49 anos depois temos que continuar a lutar com o populismo e a demagogia, contra a política do dizer mal sem apresentar soluções, do dizer mal sem conhecimento de causa, como pura propaganda com a vontade de ganhar visibilidade política colocando os interesses pessoais e dos partidos à frente da política para as pessoas.

-----49 anos depois temos de continuar a abrir Portugal ao mundo, e com os nossos parceiros europeus lutar contra guerras idênticas à que acontecem em território ucraniano.

-----49 anos é premente olhar para todo o país, combater contra o centralismo de Lisboa e promover a coesão territorial e social.-----

-----E aqui, em Penafiel, pelos mandatos da Coligação Penafiel Quer, nomeadamente do atual executivo da Câmara Municipal, na pessoa do Dr. Antonino de Sousa, coesão social em todo o concelho é notória. -----

-----O desenvolvimento não está limitado ao espaço geográfico dos Paços do Concelho, sendo feito investimento em todas as freguesias do nosso concelho.-----

-----Os mais recentes 3 pavilhões desportivos garantem agora a cobertura total de todo o território com este tipo de equipamentos, beneficiando as freguesias mais distantes do centro da cidade e beneficiando os mais jovens e todas as coletividades, promovendo a prática desportiva a todos os cidadãos. Isto também é celebrar abril.-----

-----Promover a coesão e celebrar abril, são os vários espaços do cidadão dispersos pelo nosso território reforçando a relação entre a administração central e local, e promover a igualdade de oportunidades no acesso a estes serviços.-----

-----É apoiar mais 200 associações no nosso concelho, desportivas, culturais e sociais, que traduzem o reconhecimento da importância que o associativismo representa no nosso conselho, ao mesmo tempo que promove e valoriza o papel que tem na comunidade. Isto também é abril.-----

-----É por fim, e não menos importante, Penafiel continua a aumentar a rede de saneamento em todo o território, percebendo que estamos empenhados fortemente num melhor ambiente. E nessa matéria, é fundamental continuar a sensibilizar e fiscalizar, para a adesão dos munícipes a esse serviço fulcral para a melhoria da qualidade de vida de todos, para evitar descargas ilegais que contaminam as ribeiras e rios, garantindo um futuro mais sustentável às próximas gerações. Isto também é abril.-----

-----O futuro de abril, depende de cada um de nós. O 25 de abril é de todos, é de todos os partidos políticos. Mas não somos todos iguais e por isso, cabe-nos a nós combater os prevaricadores e promover a democracia.-----

----- O senhor deputado Luis Monteiro: Perguntou se a mesa tinha rececionado o parecer que a Câmara Municipal solicitou à CDDRn sobre os contratos que os eleitos locais fizeram com a autarquia se foi enviado para a mesa da Assembleia Municipal. Disse que a sua pergunta se prendia com o facto

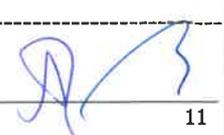
de na última sessão da Assembleia Municipal ter sido em fevereiro e esse parecer foi emitido em janeiro. Na última sessão da Assembleia Municipal não tinham tido notícias sobre esse parecer por parte da Câmara Municipal por isso perguntou à mesa se formal ou informalmente tiveram conhecimento desse mesmo parecer. Se tiveram, o porquê de não o ter distribuído pelos membros da Assembleia Municipal e se não tiveram se concordavam com o procedimento da Câmara Municipal não ter o ter enviado. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício informou que o referido parecer não deu entrada na mesa. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Lamentou o facto e achava que era uma falta de respeito para com os membros da Assembleia.-----

-----Referiu que a Lei era clara, e refere nos Estatutos dos Eleitos Locais que não era possível a Câmara Municipal celebrar contratos com os seus eleitos locais. Diz a Lei, diz o PS suportado num acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 2019, a Câmara Municipal perante essa situação teve dúvidas e pediu um parecer à PGR, que respondeu que não tinha que emitir parecer sobre o assunto, e depois solicitou parecer à CCDRn que veio dar razão ao Partido Socialista, ou seja, não é legal estavam feridos de legalidade e por isso esses contratos não deviam ter sido feitos. -----

-----A Câmara Municipal disse que os contratos em questão já tinha acabado e já tinham sido pagos e não ia celebrar mais de contratos daquele tipo. Disse que toda aquela história fazia-lhe lembrar que quando mais jovem, foi a casa de um seu amigo, que tinha um irmão mais novo que estava na dispensa a lambuzar-se com chocolates. O seu amigo que se preocupava com a saúde do irmão disse-lhe que não podia comer chocolates, e o irmão mais novo respondeu-lhe que ele não mandava mas sim a sua mãe. O seu amigo chamou a mãe que disse ao irmão mais novo que não podia comer chocolates, este por sua vez todo contente e lambuzado respondeu que não comia mais. Mas o que era certo é que já tinha comido os chocolates todos. Aquela metáfora era utilizada porque a história era muito parecida, ou seja, dúvidas, pedido de parecer, chega o parecer a dar razão ao PS, mas entretanto já tudo estava pago, os chocolates já estavam todos comidos. A Câmara disse que não celebrava mais contratos daqueles, só que não bastou passar um mês para que através da empresa municipal Penafiel Verde, fossem feitos mais dois contratos com eleitos locais. Disse que não era apenas pela questão jurídica mas pela questão da responsabilidade política. Pois tem ouvido dirigentes locais do PSD a dizerem que o PS se preocupe com o Governo e olhe para a questão da TAP, porque têm muito para debater. Como tem coragem e gosta de aceitar os desafios, focou-se na TAP e na comissão de inquérito e verificou que o que um Ministro já se tinha demitido, bem um Secretário de Estado e o Governo já demitiu o Presidente do Conselho de Administração da TAP, e até um adjunto do atual Ministro da Infraestruturas foi demitido. Perante tudo aquilo, solicitou que olhassem para a atividade local e perguntou se alguém tinha sido demitido ou ia ser demitido. Onde é que estava a responsabilidade política por atos que foram ilegais? A responsabilidade financeira será apurada pelo Tribunal de Contas, a responsabilidade legal será pelo Ministério Público mas quanto à responsabilidade política? -----



-----Lembrou uma frase proferida pelo dr. Alberto Santos, enquanto Presidente da Assembleia Municipal aquando as celebrações do 25 de Abril, a propósito da silenciosa sabedoria do povo “ Desenganem-se os políticos que nas costas do povo distribuem benesses pelos seus apaniguados políticos.” Conclui dizendo que concordava com aquela frase e subscrevia-a.-----

----- A senhora deputada Celesta Marinho: Disse que no exercício da sua atividade vivia com o sofrimento das pessoas nas suas diferentes vertentes, física, emocional, psicológica e social. -----

-----No que dizia respeito à vertente social, referi que recentemente a Câmara Municipal, enviou a inúmeros municípios uma informação escrita a dar conta que as rendas de habitação social iam ser atualizadas. Iam ser atualizadas, num momento de crise, em que a inflação está como todos sabiam, em que as famílias vulneráveis vivem com mais dificuldades, ao fim de décadas, baseada numa Lei de 2014, numa altura de governação do dr. Passos Coelho. -----

-----Referiu que essas atualizações não eram tão insignificantes pois chegam a mais do que duplicar causando um grande impacto nas famílias desfavorecidas. Não colocava a Lei em causa nem tão pouco a boa forma em como está a ser aplicada, mas deixou um apelo o setor social da autarquia para que leva-se em conta as famílias desfavorecidas que iam ficar numa situação ainda mais frágil. ---

----- O senhor Vereador Mateus Oliveira pediu a palavra para defesa da honra. -----

----- — A senhora Presidente da Assembleia Municipal em exercício: Disse que a mesa considerava que não tenha havido ofensa à honra do senhor Vereador Mateus Oliveira, uma vez que a mesa considerou admitir o pedido de substituição. No que dizia respeito ao não ter a certeza do suporte legal sobre o pedido de substituição dos senhores Vereadores na Assembleia Municipal, os senhores Vereadores do PS solicitaram esclarecimento sobre esse facto. No entanto a mesa admitiu a substituição do senhor Vereador Agostinho Soares pelo eleito imediatamente a seguir, o senhor Mateus Oliveira. Referiu que essa mesma dúvida surgiu porque no Regimento da Assembleia Municipal, no seu artigo 24.º, em que faz referencia à participação na Assembleia Municipal dos membros da Câmara Municipal, o seu n.º2, faz refere que o senhor Presidente da Câmara e caso de justo impedimento pode fazer-se substituir por substituto legal, não fazendo referencia ao senhores Vereadores. Explicou que foi baseado naquele artigo, que pode ter outras interpretações, de que fez a ressalva de não ter a certeza da substituição. No entanto a substituição foi admitida e não consideravam haver ali alguma ofensa da honra. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto ponto de ordem à mesa: Disse considerar que o senhor Vereador Mateus Oliveira tinha toda a legitimidade para esta presente e substituição do senhor Vereador que não pode estar presente. O que não tem direito é qualquer senhor Vereador que não tem poderes para ali estar a intervir a não ser para defesa da honra. Pois defesa da honra é um direito que a todos assiste. -----

----- O senhor Vereador Mateus Oliveira: Disse que o termo ali usado foi “permitir a sua presença”, quando não é, e não foi a primeira vez que ali esteve presente em substituições, assim com já tinha acontecido com outros colegas de vereação. Está ali presente em regime de substituição no cumprimento da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, no seu artigo 78.º. -----

-----Com referiu a senhora deputada Ana Lourenço, o respeito por todos os órgãos autárquicos também é cumprir Abril. Ultimamente em Penafiel andam um pouco desfasados do que é o cumprimento da Lei, mas naquele momento o PS estava apenas e somente a cumprir a Lei. -----

-----Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação dos votos louvor e pesar acima transcritos. -----

----- Discussão e votação dos votos de Louvor e Pesar: -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado José Macedo: Lembrou que o voto de louvor elaborado pela Coligação Penafiel Quer à atleta de Futebol Feminino, Lúcia Alves, pertencente aos quadros do Spot Lisboa e Benfica, já foi votado por proposta do Partido Socialista e subscrito por todos os presentes, na reunião da Assembleia Municipal no passado mês de fevereiro. -----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade por todo os presentes.-

-----Posto à votação, os votos de Pesar foram aprovados por unanimidade por todo os presentes, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos. -----

----- 1.º Ponto — Aprovação da Ata da sessão anterior;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, com 43 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre. -----

----- 2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Reforçou que todos beneficiariam se a informação escrita tivesse um documento comum para todos os pelouros e de forma sintética e sistemática divulgasse as atividades, mas também tivesse informações sobre os custos de cada iniciativa, informações do prazo médio de pagamento a fornecedores, valor da dívida no momento e o que é

que a Câmara está a fazer para diminuir essa mesma dívida, bem como os prazos médios de apreciação dos processos da Gestão Urbanística. -----

-----Como tem a preocupação e é a sua obrigação, sempre que há uma Assembleia Municipal, também de transportar aquilo que são preocupações das pessoas dos munícipes que vai escutando e para não ser acusado de só criticar, estava ali a elogiar o Pelouro do Urbanismo, porque têm-lhe dado nota, alguns técnicos e munícipes que a Câmara Municipal tem tido o cuidado de, quando falta algum elemento instrutório num processo de obras, em vez de notificar o requerente, telefonam a informar, evitando assim perda de tempo no envio do ofício pelos correios. Com aquele facto, prossupõem que o prazo do requerimento diminui, o tempo de resposta da Câmara diminui. Também por esse motivo desafiou o senhor Presidente a divulgar o prazo de apreciação dos processos, para que fosse do conhecimento dos municípios para que quando submetessem um pedido, fosse de certidão, um licenciamento, uma comunicação prévia, entre outros, a Lei estabelece um prazo, a Câmara tem os seus tempos, com aquela medida positiva esse tempo poderia diminuir e a transparência era boa para todos. - -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse ter sido recentemente confrontado com uma notícia plasmada na comunicação social, que muito o alarmou e deixou estupefacto, referindo que, junto à Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de S. Lourenço - Paço de Sousa existe já há algum tempo, um acumular de resíduos e lixos que extravasam os contentores de recolha existentes no local. O senhor Presidente da Junta de Freguesia, de certeza, já lhe fez chegar as preocupações que assolam a população. Atendendo à exposição a que estão sujeitas as crianças e os habitantes da área, através de cheiros, microorganismos patogénicos, ratos, baratas entre outros questionavam: -----

----- É verdade que o principal responsável pelo "entupimento" dos recipientes existentes é o Lar e Centro de Dia Padre Américo? Se sim, para além dos resíduos domésticos não há outro tipo de resíduos emergentes de tratamentos hospitalares? -----

-----Que mecanismos é que o Executivo desencadeou para mitigar ou acabar com esta preocupante situação?-----

-----Relativamente aos estacionamento disse terem assistido a um excessivo abuso de estacionamento "selvagem" na nova Avenida Professor Dr. António Barbosa de Melo. Essa via tem como um dos principais desígnios aliviar o trânsito intenso, por vezes caótico, da artéria viária principal da cidade. Mas torna-se, por vezes, numa autêntica dor de cabeça para quem opta por esta via alternativa. Abusivamente e com uma falta de urbanidade imoral, as pessoas estacionam em locais bem identificados como proibidos, constringendo a via e a vida das pessoas. Mas o mais engraçado é que se os prevaricadores andarem mais 100/150 metros, não faltam estacionamentos gratuitos. -----

-----Gostariam de saber que diligências é que o Executivo desenvolveu junto das autoridades para mitigar ou acabar com a situação? A falta de urbanidade e a falta de respeito pelos outros tem e deve ser penalizado.-----

-----Mencionou que no último mandato referiu uma situação que achava lesiva do bem-estar das populações – penafidenses e não só e o que ali ia expor constringe sobremaneira. Todos sabem

extraordinário o trabalho desenvolvido pelos autarcas dos municípios e das freguesias. Em Penafiel têm procurado promover a coesão territorial, apostar no investimento e no desenvolvimento do território no seu todo. Têm feito e assumiam com frontalidade a discriminação positiva nos investimentos feitos no território. Investiam, por vezes, mais nas freguesias mais periféricas porque achavam que essa é a forma de promover a coesão territorial. Já basta o sacrifício e todos os constrangimentos de se viver a 30 km da sede do concelho e do que isso significa quando se precisa de resolver um problema na sede do concelho em termos de deslocações e perda de tempo. Recentemente estiveram em Rio Mau para inaugurar o pavilhão desportivo do Douro que vai servir as freguesias mais do sul do concelho. Brevemente vai ser inaugurado o pavilhão desportivo de Recezinhos para servir as freguesias do norte do concelho. Também em Paço de Sousa vai ser inaugurado um pavilhão desportivo para servir aquela zona do concelho. Estavam a fazer o caminho de desenvolvimento, um esforço grande em termos de investimento porque, neste caso, por exemplo, foram mais de 3 milhões de euros apenas e só do orçamento municipal sem o apoio de fundos comunitários ou do Orçamento de Estado. -----

-----Procuraram também, que espaços do cidadão que tivessem uma cobertura transversal ao território, com os protocolos que celebraram com as IPSS's para que fossem o *front office* dos serviços sociais para que todos os concidadãos que precisam solicitar algum apoio social não tivessem que se deslocar à Câmara Municipal. Ainda recentemente com um processo que parece de menor importância mas que é revelador da filosofia da autarquia, o concurso para a concessão dos carregadores elétricos teve a preocupação de os colocar de forma dispersa por todo o território. Obviamente que o concurso da concessão, ficava mais apelativo, do ponto de vista dos investidores, se fossem colocados na área da cidade onde há mais pessoas e carros para carregar. -----

-----No que dizia respeito à intervenção da senhora deputada Celeste Marinho sobre a atualização de rendas, tranquilizou todos os presentes dizendo que não ficassem alarmados em relação àquele tema. O executivo também tinha essa sensibilidade social e também se preocupavam com os mais vulneráveis e por isso levam o processo de atualização das rendas com muito cuidado, mas tiveram que cumprir a Lei, o dever de atualização das rendas não é da Lei de 2014, mas vem desde o momento que entrou em vigor o regime do arrendamento apoiado. Ao longo do tempo, sempre que havia uma alteração no agregado, por exemplo numa habitação, era feita a atualização. A atualização feita recentemente foi para uma parte pequena de agregados que não tinham visto os seus contratos objeto de atualização. Estavam a falar de cerca 55 agregados que integram 72 idosos e cujos rendimentos médios são 659 euros mensais e que tiveram um aumento das respetivas rendas de 45 euros, mas que vai acontecer faseadamente em três anos, sendo que para já o aumento é apenas de 13 euros. Ainda assim, a Divisão de Ação Social tem sempre as portas abertas para atender aqueles que têm dificuldades em suporta-las. Recordou que a proposta de atualização das rendas foi aprovada na Câmara Municipal por unanimidade, porque de facto faz todo sentido e é de inteira justiça aquela atualização das rendas. -----



que é oriundo de uma família de comerciantes que exercem a sua atividade profissional na cidade. No entanto e, infelizmente, há um claro abuso de alguns, poucos, comerciantes, na ocupação das vias pedonais existentes na cidade. Sabiam que a vida não está fácil para a atividade descrita. Sabiam que a autarquia tem sido condescendente com a situação. No entanto há limites e a *red line* está a ser pisada.-----

-----O mote da mobilidade, e bem, os passeios foram alargadas e as vias viárias estreitadas. -----
Locais de estacionamento foram eliminados. A troco de quê? - mobilidade segura dos peões. No entanto, esse espírito foi-se esbatendo e hoje assistiam a uma ocupação esmensurada do espaço que deveria ser de todos nós. -----

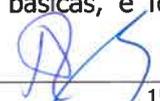
-----Expressou que há locais em que dois terços da via está ocupada por esplanadas e outros artigos. Há locais onde os peões têm de esperar para que funcionários dos estabelecimentos descritos possam passar. Há locais onde os peões quase têm de pedir licença para circularem num local que lhes pertence. Isto é incompreensível e, ao mesmo tempo, inconcebível. Qualquer dia, a esse ritmo, os peões terão de circular nas vias viárias. -----

-----Desde o último mandato o que é que o Executivo fez para resolver ou atenuar a situação, sabendo que terá sempre de haver naquela época do ano alguma condescendência com os prevaricadores? Apelavam a que haja um meio-termo, e sobretudo, bom senso. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: No que diz respeito questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Irivo colocou relativa a uma construção que está a ocorrer junto à capela da Nossa Senhora da Conceição em Irivo disse que não teve intervenção no processo, como não têm, naturalmente, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia intervenção em processo de urbanismo, é uma matéria de natureza técnica e que é tratada no respetivo pelouro, informada pelos técnicos e depois despachada pelo senhor Vereador com pelouro. -----

-----Quanto à legalidade do projeto disse que partia sempre do princípio de que todos os projetos são sempre aprovados de acordo com a legalidade. Relativamente aos afastamentos, naturalmente que cumpriram com a Lei pois não poderia ser de outro modo. Quando existe algum problema de legalidade na aprovação de um projeto pode-se sempre apresentar uma providência cautelar para que a obra parasse imediatamente. A obra está licenciada de acordo com as normas, o PDM em vigor é de 2006 e para aquela área prevê essa capacidade construtiva e o proprietário quis aproveitar. Compreendia que cause mágoa, sobretudo para quem tem uma relação afetuosa com a capela da Nossa Senhora da Conceição e com todo o simbolismo inerente à fé e devoção. Está disponível para ouvir as propostas do senhor Presidente da Junta e da população para que juntos encontrem as melhores soluções e atenuar o dano que porventura pudesse existir. -----

-----Quanto à intervenção da senhora deputada Ana Lourenço relacionada com o 25 de Abril e o que significou essa data tão importante e marcante da história contemporânea e que, sobretudo, no que dizia respeito ao Poder Local teve uma importância extrema. Atualmente os territórios, concelhos e freguesias são bem diferentes daquilo que eram antes do 25 de Abril e isso deve-se, em grande medida, ao Poder Local que foi muito importante no domínio das infraestruturas básicas, e foi



-----Quanto à intervenção do senhor deputado José Macedo relativa a uns contentores em Paço de Sousa que estariam com lotação excessiva, de facto é uma questão de funcionamento. Têm muito perto de 2.000 contentores no concelho e por vezes surgem aqueles episódios que se resolvem prontamente, no caso a situação deve-se ao facto de existir próximo de um Lar e aquela contentorização não estava provavelmente adequada à produção de resíduos daquela zona, mas já foi reforçada. Não existem resíduos perigosos mas sim resíduos domésticos ou equiparados mas a situação já está regularizada. -----

-----Quanto à questão do trânsito na nova Avenida Prof. Barbosa de Melo, de facto gerava-se ali alguma conflitualidade, já interpelaram as forças de segurança para que procedam à respetiva fiscalização porque tinham essa responsabilidade e esse dever. O mesmo acontece no que diz respeito à questão dos passeios das esplanadas, é sobretudo uma questão de fiscalização e tem que ser melhorada para que essas situações não ocorram. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Tiago Josué sobre a CPCJ, disse que o senhor deputado fez ali acusações de alguma gravidade, apesar de toda a sua convicção aparente. O senhor deputado disse que a senhora vereadora Daniela Oliveira não devia ter sido eleita Presidente da CPCJ porque supostamente não cumpre com a Lei. Todos já tinham percebido que o PS acha que tem o monopólio da interpretação do direito e até decreta o direito, como tinham ouvido na intervenção do senhor deputado Luís Monteiro, mas não é assim. Aquilo que a Lei diz é que a presidência da CPCJ deve ser feita a tempo inteiro mas não diz que deve ser exercida em exclusivo. Ora, a vereadora tem os seus pelouros localizados no mesmo espaço físico onde está localizada a CPCJ e é lá que está praticamente em permanência, junto da CPCJ, acompanhando todas as situações que surgem. Perante a indisponibilidade da anterior Presidente, funcionária da Segurança Social, que mostrou absoluta indisponibilidade para continuar, a senhora vereadora Daniela Oliveira, vendo que não existia ninguém que estivesse disponível para assumir a presidência, dispôs-se para o cargo, cargo esse que é "pro bono", não é remunerado, o que significa mais trabalho, mais risco. A senhora Vereadora para que não se caísse num vazio de liderança, com todas as consequências que daí poderiam resultar, disponibilizou-se para o efeito, e foi eleita por unanimidade. Sendo que nessa unanimidade estavam representantes da Segurança Social, da educação, da saúde, das forças de segurança, do Ministério Público que estavam presentes para fiscalizaram o ato eleitoral. -----

-----Referiu que a CPCJ de Penafiel e toda a sua fundação são das circunstâncias que os penafidelenses se devem orgulhar. Vai celebrar 32 anos no final deste ano e ao longo desses mais de 30 anos esteve sempre protegida e salvaguardada de quezílias político-partidárias. Nunca ninguém usou a CPCJ como arma de arremesso político. Esteve sempre salvaguardada, precisamente, pelo que significa e pelos temas que trata. Foram 12 presidentes ao longo destes 32 anos, sendo a senhora vereadora Daniela Oliveira, a 12.ª Presidente. Lembrou que o senhor deputado municipal Sousa Pinto foi o sexto Presidente da CPCJ. Pois destes 12 Presidentes da CPCJ nenhum exerceu funções em exclusividade e tirando os seis que foram eleitos, enquanto representantes do município, os demais tinham as suas profissões e pouco estavam pela comissão. -----

-----Referiu ainda o senhor deputado Tiago Josué, que o senhor Presidente da Câmara até sabia que a presidência tinha de ser exercida 35 horas e que até tinha escrito para a comissão nacional. Disse que o senhor deputado Tiago Josué estava mal esclarecido. Esclareceu que tinha na sua posse cópia do ofício que enviou para a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em janeiro de 2020. Enviou essa missiva porque a Segurança Social teve até ao final de 2019 três técnicos ao serviço da CPCJ de Penafiel. Era o que era suposto face à dimensão do concelho e ao número de processos da comissão. Pois, sem mais nem porquê resolveu a comissão retirar dois desses técnicos ficando apenas um técnico e apenas três dias por semana. E foi na sequência dessa absoluta desconsideração pela CPCJ de Penafiel que, articulado com o vereador Rodrigo Lopes, que era, na altura, o Presidente da comissão, entendeu que o município não poderia ficar de braços cruzados perante aquela situação e por esse motivo o ofício apenas dizia que era preciso repor o número de técnicos. Nunca falou nem referiu as horas.-----

-----Mais disse que a senhora Presidente que exerceu funções até ao final do ano, que era funcionária da Segurança Social, que esteve sempre apenas três dias por semana e não as 35 horas que dizem que deve ser, nunca ouvi o Partido Socialista preocupado com esse facto. Nessa altura não era importante, mas agora é! A posição do PS relativamente àquele tema é deplorável pela quebra da regra de compromisso de proteger a instituição que ela própria se destina a proteger. Prestaram um mau serviço à CPCJ de Penafiel e ofenderam não a vereadora Daniela Oliveira, mas sim cada um dos 12 presidentes da CPCJ que ao longo destes 32 anos a serviram com dedicação e empenho, bem como os seus técnicos que lá prestam serviço, um verdadeiro serviço público, estando disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana. Reiterou que a CPCJ integra técnicas de muita qualidade, dedicação e empenho que estão sempre disponíveis para servir na CPCJ de Penafiel.-----

-----Quanto à intervenção o senhor deputado Luís Monteiro relativamente aos pareceres, como já tinha referido anteriormente, o Partido Socialista acha que tem o monopólio da interpretação do direito e decretam-no, dizendo que estavam a violar a Lei. Disse que o PS não decreta o direito e é tão legítima a interpretação do PS como a interpretação da coligação PSD-CDS-PP. É tao legítima a interpretação da CCDR Norte como a interpretação da CCDR Centro e se CCDR Norte deu um parecer num sentido a CCDR Centro deu dois em sentido diferente, sendo que estes têm datas posteriores ao Acórdão que o senhor deputado repetidamente aborda. O Tribunal logo há de pronunciar-se. Repetiu que não quer nem permitirá que aqueles assuntos fossem tema e por isso tomaram a decisão de não fazer mais procedimentos com eleitos da Assembleia Municipal. Entendeu e disse, por uma questão de cautela, solicitaram parecer à Procuradoria-Geral da República, por não conhecer o seu estatuto não sabiam que não disponibilizavam pareceres às autarquias, e depois decidiu, também por cautela, solicitar mais um parecer a CCDR Norte, e esta por sua vez disse diferente do que tinha dito a CCDR Centro, mas isso não tem nenhuma relevância com o que o senhor deputado ali referiu. O que o senhor deputado ali referiu não é da responsabilidade da Câmara Municipal, pois não trata dos contratos nem da Penafiel Verde Em, nem da Penafiel Ativa EM., ao contrário da filosofia da relação do Estado com as empresas públicas, que o PS adota, na Câmara Municipal sabiam bem qual a

responsabilidade e de que forma se exercem os deveres do acionista Município. E nos deveres do acionista Câmara Municipal não cabe interferir com a autonomia administrativa, financeira e patrimonial das suas empresas municipais. Têm momentos para intervir, nos contratos de gestão delegada, os contratos programa, os documentos provisionais, os relatórios de contas, ou seja, é nesses que o acionista Município deve intervir. Não podia a Câmara Municipal intervir, nos Conselhos de Administração das empresas municipais, dar ordens sobre os contratos e prestação de serviços que devem ou não fazer. -----

-----É lamentável o caminho que o PS quer fazer e está a fazer em termos de oposição, pois não tem memória de ver o PS a ir por caminho que o PS atualmente está a seguir. É um caminho nunca antes visto, aquilo a que estava assistir é uma verdadeira transformação, o Partido Socialista quer deixar de ser o PS para ser o PQQ- partido das queixas e das queixinhas, ou o PCC – partido dos casos e casinhos, porque propostas é necessário puxar pela cabeça e ter ideias, projetos não se viam, só queixas, queixinhas, casos e casinhos. -----

-----Concluiu dizendo que, atualmente o PS de Penafiel têm a pior representação autárquica de sempre e por aquele caminho vai tornar-se um partido irrelevante no concelho de Penafiel. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Disse que na sua anterior intervenção apenas proferiu e referiu o que a CPCJ a nível nacional diz. Em abono da verdade, não estava ali para fazer favores políticos, mas porque acreditava piamente naquilo que ali defendia assim como os seus colegas de bancada e dos senhores Vereadores do PS. -----

-----Para que todos ficassem elucidados e para verificarem que estava bem informado, disse que ia ler parte do parecer emitido pelo senhor Paulo Macedo da CPCJ nacional a propósito da eleição da senhora Vereadora, Daniela Oliveira para presidente da CPCJ de Penafiel: "... aliás esta última questão não é desconhecida do município uma vez que, de acordo com o relatório elaborado pela equipa técnica Regional do Norte, respeitante às reuniões de acompanhamento que tiveram lugar nos dias 2/10/2020 e 16/10/2020, o então representante do município, antecessor da atual representante, referiu que a senhor Presidente da Comissão de Proteção, ao tempo, Dr.ª Maria Luisa Martins de Faria Coelho, então representante da Segurança Social, deveria estar a tempo inteiro, aspeto que considerou ser importante, o que subscrevemos. No sentido desta entidade ver cumprir com o que se encontra estabelecido na Lei, tendo sido referido que o senhor da Câmara Municipal de Penafiel, chegou mesmo a enviar uma carta à senhora Presidente desta CNPDPCJ- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, sobre esta situação. Pelo que surpreendente que, depois a mesma entidade a mesma entidade o tenha acabado por inicar a mesma pessoas, que objetivamente, analisando as suas funções na Câmara Municipal estava à partida e estará no presente momento impedida de exercer funções dos membros da CPCJ a tempo inteiro bem como a exercer o cargo de Presidente também a tempo inteiro." Depois daquela missiva perguntou ao senhor Presidente da Câmara quem é que afinal estava mal informado. Acreditava que pudesse haver desvios de informação e por isso pediu ao senhor Presidente para que não desconfiasse das intenções de Partido Socialista nem da sua bancada porque o que pretendiam era apenas que se cumprisse a Lei.



Mais solicitou ao senhor Presidente que parasse de uma vez por todas de justificar com o facto de há 20 ou 30 anos atrás, as coisas se fazerem de uma certa forma, que eram manifestamente ilegais e justificar e achar que isso é normal que e fizesse atualmente da mesma forma só porque se faziam antigamente. -----

-----Referiu que têm a informação de que, desde que a senhora Vereadora Daniela Oliveira assumiu as funções como Presidente da CPCJ, apenas tramitou um processo. Perguntou se isso é verdade ou não, para saberem da produtividade da senhora Vereadora no cargo de presidente da comissão. Disse que tudo aquilo não era para colocar em causa a competência e a boa-fé da senhora Vereadora, mas segundo o quadro do pessoal da comissão alargada e da comissão restrita da CPCJ de Penafiel a senhora Vereadora dispõe de oito horas semanais quando a Lei exige 35 horas semanais, o que se reflete na produtividade. Disse que o PS nunca instrumentalizou aquela comissão com finalidades político-partidárias mas sim, para lutar, sempre, pela defesa dos jovens e crianças penafielenses em situação de risco. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse ter sido acusado pelo senhor Presidente da Câmara de decretar o direito e por esse motivo, em defesa da sua honra leu um excerto do parecer de CCDRn: "Se um membro dos corpos sociais, os gerentes e os sócios de indústria ou de capital de sociedades comerciais ou civis, bem como os profissionais liberais em prática isolada ou em sociedade irregular poderá incorrer em inelegibilidade superveniente, caso a pessoa coletiva em questão ou o próprio, venham a celebrar com a autarquia contrato de prestação de serviços ou contrato de empreitada de obras públicas." Referiu que aquele parecer foi solicitado pela Câmara e por isso não compreendia que a Câmara solicitasse um parecer e depois como o parecer não dá jeito, uma vez que não vai ao encontro do parecer da CCDR Centro e o senhor Presidente surpreende ali, com uma mistura entre *stand up comedy*, casos e casinhos e queixas e queixinhas e uma mistura de exaltado. Disse que o senhor Presidente estava errado na atitude. -----

-----Todos sabiam que a Penafiel Verde EM tem autonomia financeira e administrativa mas como era possível que o senhor Presidente dormisse descansado ao saber que a empresa municipal celebra contratos com eleitos locais à revelia do parecer que solicitou e do acórdão do Tribunal Administrativo Superior. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Quanto ao tema da CPCJ esclareceu que atualmente a CPCJ tem 8 técnicos a tramitar processos, desses 8 técnicos, 5 são técnicos da Câmara Municipal. Se estivessem preocupados com essa questão das 35 horas, colocavam uma técnica da Divisão Municipal, fazia as 35 horas semanais e o município ficava desonerado das demais, mas o que é importante é de facto o serviço que é prestado à comunidade e a forma como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco funciona pois é isso que verdadeiramente os preocupa e que os movia. -----

----- Com a chegada do senhor Presidente da Assembleia, os senhores secretários ocuparam os seus devidos lugares, e o senhor Presidente deu continuidade aos trabalhos. -----

----- 3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Prestação de Contas de 2022 e Aplicação de Resultados do Exercício de 2022 do Município de Penafiel, de acordo e para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Alberto Clemente: Disse que os documentos de prestação de contas que ali apreciavam e debatiam, foram elaborados de acordo com as regras estabelecidas pelo Sistema de Normalização da Contabilidade Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº. 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovado pela Lei nº. 151/2017, de 11 de setembro. A nova metodologia imposta pelos citados diplomas, para além do cumprimento legal, propriamente dito, visa, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e comparabilidade das contas públicas. -----

-----Nessa esteira, a prestação de contas deve ter por foco principal o reporte de informação útil, que traduza, de forma dinâmica, as mudanças que ocorreram no último ano no município, tendo por base o orçamento aprovado e permita também uma análise comparativa com exercícios anteriores, para melhor se aferir da gestão do município. -----

-----O orçamento, como é sabido, é um documento de previsão e por isso condicionado por fatores externos alheios à vontade do executivo onde são previstas as receitas e as despesas a cobrar e as despesas a realizar num determinado período de tempo, em função das atividades previstas, no caso num ano económico. -----

-----A apreciação das contas e relatório de gestão não deve fazer-se só pela comparação com o orçamento executado, mas também pela comparação com os relatórios e contas de anos anteriores, para se aferir da evolução positiva ou negativa da situação patrimonial e financeira do município. Só com essa comparação sabemos se conseguimos atingir alguns dos objetivos propostos, num determinado período, mormente um mandato. -----

-----Ali chegados, o ano de 2022 foi marcado pelo despoletar da guerra entre a Rússia e a Ucrânia que continua a ser o principal fator geopolítico a condicionar a evolução da economia mundial. O aumento da incerteza e da instabilidade do mercado energético internacional (escalada dos preços do gás natural e da eletricidade) intensificou o recrudescimento de uma inflação elevada, a atingir níveis históricos, obrigando as economias avançadas a tomar medidas restritivas de política monetária, com uma rápida subida das taxas de juro diretoras. Concomitantemente, a persistência de, ou o aparecimento de novos, estrangulamentos nas cadeias de valor tem afetado fortemente a indústria europeia. O comércio internacional assiste à escassez de abastecimento de determinadas matérias-primas, bem como de produtos alimentares essenciais. -----

-----Estes fatores, em particular o aumento exponencial da inflação que originou o aumento abrupto dos bens essenciais, e as medidas tomadas pelos bancos centrais para a controlarem que levaram à subida generalizada das taxas de juros, com fortes repercussões na vida das famílias,

empresas, autarquias e estado, obrigaram a adoção de medidas de contenção por parte das entidades públicas, com os consequentes constrangimentos decorrentes dessas medidas. -----

-----As consequências do aumento da inflação, das taxas de juro e consequente aumento dos bens essenciais, fizeram-se notar, com particular incidência nas famílias de menores recursos económicos que obrigaram as entidades públicas, em particular as autarquias, a adotar medidas excepcionais de apoio às famílias e empresas que originaram ainda mais constrangimentos. -----

-----Todavia, e não obstante os grandes constrangimentos a que foi sujeita a intervenção municipal, a ação do executivo pautou-se pela continuação da execução de investimentos para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e o Plano de Coesão territorial (PDCT). -----

-----Destaque ainda para a transferência de competências em áreas tão estruturantes como a Educação e da Saúde e o seu impacto na execução orçamental de respetivas verbas destinadas aos bens e serviços, aos meios técnicos e humano.-----

-----Ao longo do ano para além da continuação do investimento em domínios como a rede viária municipal, a recuperação e valorização do património municipal, as requalificações urbanísticas e a modernização e melhoria dos serviços municipais, a ação do município pautou-se também pelo incremento no apoio às famílias, da ação social e do normal funcionamento dos serviços autárquicos, sem descurar os princípios de equilíbrio económico-financeiro da autarquia e da boa gestão dos dinheiros públicos. -----

-----Passando agora à análise dos aspetos mais significativos do processo orçamental da conta anual, entendo, por bem, fazer os seguintes comentários: -----

-----No que respeita ao equilíbrio orçamental, de acordo com o conceito de equilíbrio da lei, o município cumpriu o limite estabelecido pelo nº. 2 do artigo 40º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, com margem assinalável de €15,3M, face ao limite, aumentando a margem em mais de 9M face ao exercício anterior. -----

-----O passivo total da autarquia apresenta um ligeiro acréscimo em relação a 2021. O passivo cifra-se em 19,1 M, sendo constituído em 32,1% por passivo não corrente e 67,9% por passivo corrente. -----

-----No plano do endividamento, a dívida a fornecedores regista um acréscimo de 392 mil euros, o que corresponde a uma variação de 4,18% em relação ao período homólogo. -----

-----Em 2022, o ativo do município atingiu os 191,9 M, o que traduz um aumento de cerca de 8,7 M, relativamente a 2021. -----

-----Os rendimentos do município (47,7M) aumentaram cerca de €9,3M o que corresponde a uma variação positiva de 24,4%. -----

-----Os gastos ultrapassaram ligeiramente os 45 M, o que corresponde a um acréscimo de 23,9%. -

-----Da comparação destes dois fatores, verifica-se que no ano económico em análise o município conseguiu uma poupança de cerca de 2,7 M, que se traduziu no resultado líquido apurado, verificando-se um acréscimo de cerca de 680 mil euros relativamente a 2021 e de cerca de 800 mil relativamente a 2020. -----

-----O indicador de endividamento cifrou-se em 9,97%; O indicador de autonomia financeira em 90.02%; O indicador de solvabilidade em 9,03%; O indicador de liquidez geral de 0,46% e a imediata de 0,21%. -----

-----No ano de 2022, para cumprir com as suas obrigações legais, o Município deveria reduzir no mínimo de 10%, ou seja, em cerca de 254 mil euros, os pagamentos em atraso com mais de 90 dias comunicados à DGAL à data de 30 de setembro de 2021. A redução operada foi de cerca de 518 mil euros, cumprindo, assim, largamente, o mínimo exigido. -----

-----O Município cumpriu, também, por larga margem, os limites de endividamento, encontrando-se, assim, excluído das obrigações no âmbito da aplicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho. -----

-----No que concerne à execução da receita e despesa, quero ainda salientar os seguintes aspetos: O total da receita arrecada foi de cerca de 55,6 M de euros, A receita corrente atingiu o valor de €45,4 M e a receita de capital 9,6 M. A receita corrente cresceu cerca de 8,6% e a receita de capital teve um decréscimo de cerca de 29,3%; O crescimento da receita entre os exercícios de 2019 a 2022 foi de cerca de 50%. A execução da receita foi de 69,3%, o maior dos últimos anos. A receita corrente teve uma execução de cerca 99,5% e a de capital de 28,2%. A execução da despesa cifrou-se em cerca de 53,8 M. A taxa de execução global fixou-se em cerca de 67% A taxa da execução despesa corrente foi de 72,9% e a de capital de €61,2% De salientar a poupança de receita corrente de cerca de 11,9 M que foi utilizada para cobrir grande parte da despesa de capital, ou seja para investimento e se isso não sinónimo de boa gestão, já não sabe o que é gerir bem. -----

-----No ano de 2022 o investimento global na aquisição de bens de capital, investimento direto refletido na execução do PPI – Plano Plurianual de Investimento, atingiu os 21,6 M. -----

-----De salientar o impacto de investimentos fundamentais como o PEDU (Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano) e o PDCT (Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial) – onde estão inseridas prioridades como a mobilidade urbana sustentável, a reabilitação urbana, a integração de comunidades desfavorecidas, a eficiência energética, a saúde e as infraestruturas sociais, a inclusão ativa, as infraestruturas de educação e formação e a transição digital, entre outras. -----

-----Verifica-se uma redução sustentada dos juros e outros encargos decorrentes do serviço da dívida, e a amortização integral do empréstimo de curto prazo contratado. -----

-----Apesar dos constrangimentos que o executivo teve de enfrentar na sua ação as contas de 2022 refletem, assim, a consolidação das políticas que visaram uma rápida qualificação municipal em vários domínios. -----

-----Concluiu dizendo que as contas e o relatório de gestão do ano de 2022, mostram, sem margem para dúvidas, que Penafiel continua no bom caminho, merecendo, por isso o voto favorável da Coligação "Penafiel Quer". -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Referiu que eram chamados nesta sessão para apreciar e votar o relatório de gestão e contas do município relativo ao ano de 2022. O relatório de contas que lhes chega esclarece aquilo que a Bancada do PS tem vindo a alertar ano após ano, ou seja, a

estratégia de empolamento orçamental é nefasta para a saúde financeira e para a transparência democrática, que se espera de quem tem a responsabilidade de gerir os dinheiros públicos e o nosso destino comum. -----

-----Ao analisar as contas relativas ao ano de 2022 constatavam, sem surpresa, que da dotação prevista /orçamento de 80 milhões de euros, a Câmara Municipal tenha executado menos de 70%. Naturalmente, esse erro ou será estratégia populista de Governo? - arrasta também a execução da despesa para os 67%, muito longe dos 85%, o mínimo previsto na Lei 73/2013 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais. -----

-----Recorde-se que em 2021, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, Penafiel destacou-se por ter a pior diferença negativa entre o grau de receitas executadas versus o grau de execução de despesa assumida, com uma diferença percentual de -34.4%. -----

-----Mas nem tudo é mau quando falavam do Relatório de Gestão e Contas de 2022, embora o global da execução da receita tenha sido medíocre devido aos motivos já expostos, em certas rubricas a Coligação que governa Penafiel esmerou-se, e bateu até as suas melhores previsões: nunca a Câmara Municipal arrecadou tanto dinheiro em Impostos, Taxas e Multas como em 2022. Apenas entre 2021 e 2022 houve mais 1 milhão de euros a entrar nos cofres da Câmara por esta via. Se recuarmos a 2020 o aumento ultrapassa os 2.5 milhões. -----

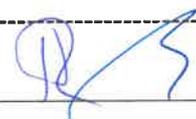
----- No que apenas aos Impostos Diretos diz respeito, há um acréscimo de 500.000€ entre 2021 e 2022, sendo que esse valor representa um aumento de quase 5% entre exercícios. Desde 2019, o Município passou a arrecadar mais 2 milhões de euros em Impostos Diretos, mas nem por isso acolhe a proposta do Partido Socialista de abdicar de uma parte da sua participação variável no IRS, devolvendo assim algum rendimento às famílias penafidelenses.-----

-----De destacar também, no quadro das transferências obtidas, o aumento de 31,6% da transferência proveniente do Orçamento do Estado entre 2021 e 2022, ou seja, mais 7 milhões de € que entraram nos cofres do município via Governo Central. Prova irrefutável de que, quer se goste ou não, e independentemente das sucessivas críticas do Sr. Presidente da Câmara, o Governo de António Costa é o mais descentralizador e provedor da autonomia das autarquias locais de que há memória. Mas não estavam aqui para falar do Governo, ainda que muitos prefiram falar de política central naquele fórum, quase como se as responsabilidades de António Costa ilibassem as de Antonino de Sousa. - -----

-----No ano de 2022 a execução da despesa foi paupérrima devido à incapacidade da Câmara Municipal executar, em primeiro lugar, a receita prevista. -----

-----No que toca à Despesa de Capital, a Câmara Municipal ficou mais de 15,5 milhões de euros abaixo das suas previsões, executando apenas 61,2% desta rubrica. -----

-----Se individualizarmos a Aquisição de Bens de Capital, linha dedicada ao investimento, a execução foi ainda pior do que a média deste quadro, ficando apenas nos 58% do previsto, mais uma prova de que o que a bancada do Partido Socialista tem vindo a denunciar, é uma verdade irrefutável e comprovado relatório após relatório. -----



-----Apuradas as contas e embora a redução de investimento, o passivo global cresceu 1 milhão e 300 mil euros relativamente ao período homólogo, e 4 milhões desde 2020.-----

-----Apenas entre 2021 e 2022 são mais de 400.000€ em dívida a fornecedores, valor que já aumentou 3 milhões desde 2020. -----

-----Ainda relativamente a fornecedores e prazo de pagamentos, recorde-se que Penafiel é dos municípios com mais dívidas em atraso do país. No final de setembro de 2021 tínhamos cerca de 2 milhões e meio de pagamentos em atraso com mais de 90 dias. Isso segundo a Câmara Municipal, pois segundo a DGAL, esse valor seria de 3,2 milhões, mas não ficavam por aí. Em apenas um ano, este executivo conseguiu a proeza de duplicar esse valor para mais de 5 milhões de euros. E não se enganem, são números comunicados pelo Município neste relatório. -----

-----Referiu que se em 2021 foram medalha de bronze de pagamentos em atraso, deviam reconhecer que o senhor Presidente está a esforçar-se por colocar-nos no primeiro lugar dos piores pagadores. Mas o que a bancada do Partido Socialista quer, é que Penafiel seja medalha de ouro em gestão rigorosa e transparente, em gestão eficiente dos dinheiros públicos e em matérias de preocupação com a saúde financeira do município para o presente e para o futuro.-----

-----Por estarem no caminho oposto ao da boa gestão autárquica, votaremos contra o Relatório de Gestão e Contas de 2022.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à execução orçamental em 2022, disse que esteve no limiar dos 70%, algo que nunca tinha acontecido antes. Continuavam a evoluir e a fazer o caminho para aumentar, a cada ano, a execução orçamental, mas aquela é a melhor de sempre. -----

-----No que dizia respeito ao investimento, referiu que a despesa de investimento da autarquia atingiu mais de 21, 6 milhões de euros em 2022 e representa o maior agregado da despesa municipal, atingiu um peso 40, 3% do investimento. Aliás, esta é uma tendência que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. O anuário financeiro evidência que nos últimos dez anos, Penafiel é o oitavo dos 308 do país com maior volume de investimento per capita, ou seja, nos 308 municípios do país, Penafiel é aquele que investe mais por cada habitante. -----

-----Quanto à dívida municipal, o serviço de dívida tem vindo a baixar consecutiva e paulatinamente. No ano passado gastaram em juros e em serviço de dívida 33 mil euros. Qualquer município da região, gostava de ter um serviço de dívida como Penafiel. Todos pagavam mais do dobro por mês, porque têm dívidas de médio e longo prazo para pagar. Aliás este ano o município de Penafiel estava no bom caminho, pois irá acabar com mais dois empréstimos de médio e longo prazo e como é habitual têm cumprido sempre com os limites ao endividamento, que estava folgado. -----

-----No que concerne aos pagamentos em atraso, referiu que reduziram mais de 500 mil euros e esse montante, está muito para além daquela que é a obrigação legal do município. Essa regra está a ser cumprida porque em termos de obrigação legal a redução era menos de metade e Penafiel dobrou essa mesma obrigação. -----

-----Concluiu dizendo que o município de Penafiel está de boa saúde financeira e tem de continuar nesse caminho de rigor para poupar e investir nos penafidelenses e no seu território. -----

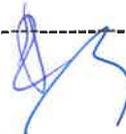
-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 43 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 votos contra dos senhores deputados Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Celeste Marinho Carvalho, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, António José de Sousa Pinto, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.-----

-----4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Integração do Saldo da Gerência de 2022 - 2.ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita, 2.ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª Alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, de acordo e para efeitos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 43 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----



----- 12 abstenções dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Celeste Marinho Carvalho, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, António José de Sousa Pinto, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.-----

----- 5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do Contrato Programa 2023-2025, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Penafiel Verde, EM., relativo à definição da missão a ser cumprida pela empresa, no quadro do seu objeto social e no âmbito da gestão, construção, renovação, reabilitação e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto de Regulamento Municipal Regulamento Municipal "Penafiel VIVA", para efeitos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Referiu que esta é mais uma proposta que estava no programa eleitoral da coligação "Penafiel Unido" nas últimas eleições autárquicas e que o senhor Presidente também fez sua. O PS tem debatido e quem tem assistido às sessões da Assembleias Municipal sabe que é algo que o PS tem lutado muito, pois esta medida já devia ter sido presente em janeiro, mas felizmente foi agora e por isso só têm a elogiar. Contudo têm alguns reparos, por isso perguntou como é que a Câmara Municipal vai fiscalizar o facto, segundo o regulamento, os jovens que adquiram a sua habitação para terem a isenção IMT, tem que se manter na habitação durante cinco anos, o que é uma boa medida para impedir a especulação e o negócio, mas quem vai garantir

que essas mesmas habitação não sejam objeto de arrendamento no mercado ilegal. Quantos jovens serão que o município espera abranger com a medida e quanto é que a Câmara Municipal espera que irá custar ao erário público. -----

-----Aquele assunto é mais uma proposta que o PS apresentou, porque como têm vindo a debater, faltam efetivamente casas em Penafiel e por isso propunham à Câmara Municipal a ter um verdadeiro parque público habitacional.-----

-----Lembrou que na última sessão de Assembleia Municipal referiu um processo do IRHU de taxas de crédito bonificadas para a construção e reabilitação de imóveis para que os municípios e entidades públicas pudessem ter mais oferta de habitações no mercado, realidade que em Penafiel não existe ----

-----Deixou o repto ao senhor Presidente da Câmara para que se tiver esse acordo ideológico e se conseguir ultrapassar limitação ideológica do ponto de vista do PSD, que a Câmara fizesse à semelhança de outros municípios, por exemplo a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que tem uma empresa municipal – GAIURB, e que se preocupa em edificar habitação e colocar habitações a preços acessíveis no mercado para jovens.-----

----- A senhora deputada Ana Lourenço: Disse que com a aprovação daquele regulamento, davam mais um passo para a melhoria da qualidade de vida dos penafidelenses, nomeadamente dos mais jovens. Um passo importante, naquele que é um flagelo nacional, a impossibilidade de os jovens se emanciparem. Hoje a média de saída de casa dos pais dos mais jovens é de cerca de 34 anos.-----

-----Referiu que aquela medida consagra um alívio da carga fiscal exigida aos jovens na compra da sua casa própria e permanente, reduzindo o esforço financeiro que as futuras gerações terão que fazer naquele momento tão importante da sua vida. -----

-----Lembrou que no último Orçamento de Estado, o PSD apresentou uma proposta da JSD, para isentar a nível nacional todos os jovens de IMT na compra da sua primeira casa, mas o Partido Socialista chumbou. E por isso, são as autarquias locais mais uma vez chamadas para ajudar verdadeiramente os mais jovens. A proposta de Penafiel vai mais longe à proposta do PSD na Assembleia da República que apenas previa habitações até 150.000€ e em Penafiel a isenção será até 200.000€.-----

-----Não tinham dúvidas que aquela medida será fundamental para os mais jovens, para os jovens da classe média, os mais afetados pelas consequências da guerra, pela inflação e pela pandemia, e que em parceria com os apoios sociais à renda toda uma geração será beneficiada e Penafiel continuará a ser o melhor concelho para se viver na região. -----

-----Esperava que, como aconteceu em Lisboa, o Partido Socialista aprove aquele regulamento e esteja ao lado dos mais jovens.-----

----- O senhor Presidente da Câmara: Sabia que o senhor deputado Tiago Josué esperava ansiosamente por aquele regulamento, uma vez que quer comprar casa, e como jovem que é beneficiar daquela medida porque é muito bom viver em Penafiel ao contrário de outras cidades do país, como por exemplo jovens de Lisboa não têm acesso aquela medida, uma vez que o PS de Lisboa chumba as propostas apresentadas ao senhor Presidente Carlos Moedas. Este, já por duas vezes,

tentou implementar uma proposta semelhante mas sempre sem sucesso. Penafiel está avançar com o projeto que é algo de pioneiro e admitia que o mesmo, agora objeto discussão e votação, provavelmente iria voltar à Assembleia Municipal, em outras ocasiões para ser melhorado.-----

-----A questão colocada sobre como é que se vai fiscalizar o cumprimento das regras é pertinente e por isso vão procurar com os meios que têm ao dispor, quer jurídicos quer da Divisão da Ação Social e articulando com as instituições da Administração Central, finanças e conservatória, ir procurando fazer a fiscalização. Têm a noção de que é um caminho que se vai fazendo e procurando melhorar e criar condições para o fazer bem feito.-----

-----Quanto ao número de jovens se iriam candidatar, disse que não conseguia prever, mas esperava que fossem muitos. A receita de IMT do município no ano passado foi de dois milhões e meio de euros, mas é claro que isso depende da dinâmica económica de cada ano, já tinham tido anos uma dinâmica inferior, mas há dinâmica económica no concelho e isso significa aumento de receita. Se perderem 20% de receita, perdiam meio milhão de euros mas havia condições orçamentais para acomodar esse impacto. Será um ano de experiência, apenas metade do ano de 2023, há sempre o período de tempo para que a mensagem e a informação chegue aos municípios, admitia que não vai ter um impacto incomportável e depois, se for o caso, poderia ser afinado.-----

-----A propósito de existência de casas ou não, disse que foi informado pelo senhor Vereador do com o Pelouro do Urbanismo que apenas nas últimas duas semanas foram licenciados projetos para 165 casas. Portanto, Penafiel continua a ser um concelho muito apelativo para o investimento e quanto mais casas houver, o mercado encarregar-se-á, depois, de fazer com que os preços baixem.----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 48 votos a favor dos senhores deputados dos senhores deputados Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Carta Social Municipal de Penafiel, para efeitos do disposto n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Inês Monteiro: Referiu que após a análise da carta social municipal, verificaram: Aumento de casos de crianças com atrasos de desenvolvimento e conseqüente aumento de sinalizações para intervenção precoce, assim como o aumento de alterações na saúde mental dos jovens, sejam problemas emocionais ou comportamentais; Tendo havido um aumento da taxa de fecundidade em 2021 face aos dados censitários de 2011; - A resposta com maior taxa de cobertura do concelho é a resposta social Creche, com 14,6%, no entanto em comparação à média da taxa de cobertura de nacional o valor fica muito aquém, uma vez que esta é de 48,8%. - Sabemos que as existentes se encontram sobrelotadas, com crianças em lista de espera tornando-se essencial a criação da nova rede prevista com abrigo do programa PARES 2.0.; Aumento da taxa de envelhecimento em 2021 face aos dados censitários de 2011. Penafiel com um índice de envelhecimento de 72.2 (2011) para 132.4 (2021); - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Apesar de existirem várias instituições com esta resposta social, todas têm lista de espera, uma vez que as IPSS com esta valência estão sobrelotadas, denotando-se a insuficiência da sua capacidade. - Serviço de Apoio Domiciliário - existência de um número limitado de vagas para a resposta; agravamento dos problemas de saúde e falta de recursos que assegurem os cuidados básicos; Dados cedidos pelo Centro Distrital da Segurança Social do Porto que indicam que em 2022, o concelho de Penafiel tinha 625 titulares de bonificação por deficiência. - Lar Residencial para pessoas com deficiência: existência de apenas uma instituição com esta resposta, mostrando-se insuficiente face à procura; - Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão: é uma resposta que se encontra centralizada nas imediações da cidade de Penafiel, completamente lotada em todas as suas valências dirigidas às pessoas com deficiência; a área da deficiência apresenta-se como prioritária desde o último levantamento de dados e até hoje não existiu qualquer alteração; - Serviço de Apoio Domiciliário – Pessoas com Deficiência e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico inexistentes no concelho; Apoio existente ao cuidador informal, existe, mas não funciona); No que se refere às crianças e jovens em perigo, a CPCJ de Penafiel apresenta um volume processual de 382 processos de promoção e proteção, cuja problemática dominante é a "Exposição da criança a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento", onde também se insere o indicador de perigo "Violência Doméstica". -----

-----O Partido Socialista de Penafiel, no seu programa eleitoral onde foi realizada uma auscultação às necessidades do concelho e de estudado o último diagnóstico social que consta no site da Câmara Municipal de Penafiel, de 2014, continham propostas que já iam de encontro às problemáticas plasmadas na carta social municipal. Dois anos depois, verificavam que efetivamente continuava a ser urgente: Ampliação de redes de suporte com equipas multidisciplinares, desde psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala ou nutricionistas, facilitando a existência de cuidados mais assíduos, eficazes e personalizados, com o objetivo de quebrar barreiras ao desenvolvimento das famílias e permitir uma adequada integração no seio da comunidade; Criar uma bolsa de cuidadores que permita melhorar as condições daqueles que estão dependentes e daqueles que deles cuidam. Podendo ser realizado de forma conjunta com o IEPF e autarquia de forma a promover o emprego e o

cuidado de quem necessita; Garantir a criação ou reativação de todas as Comissões Sociais de Freguesia, assim como promover o funcionamento conjunto com a Comissão Local de Ação Social; Criar um Programa Municipal de Literacia em Saúde Mental nas escolas para promover a prevenção, desmistificação e acabar com a estigmatização nesta área, pois precisamos de mecanismos para ajudar a recuperar ou a manter a saúde mental. -----

-----Por fim, o GPPS encontra-se disponível para colaborar e participar ativamente na atualização dos três documentos fundamentais, nomeadamente: Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social; Plano de Ação. Como aqueles documentos são participativos e devem espelhar a realidade concelhia da forma mais ampla e plural possível, consideravam pertinente a criação de um *focus group*, pois parece-lhes uma boa metodologia de trabalho para a definição de novos projetos e serviços, indo de encontro às necessidades e problemáticas detetadas, tendo como vetores principais a cooperação entre os diversos atores e os princípios da equidade e da qualidade das respostas. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 47 votos a favor dos senhores deputados dos senhores deputados Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. ---

----- **8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Adesão do Município de Penafiel à Rede Nacional do Património Cultural Imaterial (RNPCI, nos termos da alínea n), do número 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -**

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Maria de Fátima Oliveira: Disse que era com grande agrado que a bancada do Partido Socialista vê o convite da Direção Geral do Património Cultural ao Município de Penafiel para integrar a Rede Nacional de Património Cultural Imaterial.-----

-----Aquela rede de estrutura informal visa a promoção e salvaguarda do Património Imaterial e a colaboração multidisciplinar e multinível na aplicação das melhores práticas e partilha de conhecimento sobre a promoção e salvaguarda do Património Imaterial em Portugal. -----

-----Penafiel é um território muito rico em todos os tipos de património cultural, seja ele material ou imaterial, pelo que a bancada Socialista vê a adesão à Rede Nacional de Património Cultural e

Imaterial como uma grande oportunidade para que o atual executivo faça mais e melhor pela defesa do património imaterial do nosso concelho, e que lute pelo registo de mais Património Imaterial. -----

-----Referiu que à presente data, Penafiel tem apenas um registo no Inventário de Património Imaterial da Direção Geral do Património Cultural e Imaterial e nenhuma em vias de registo. As Endoenças são a única atividade registada e apenas desde 2015. Contudo, há muito mais festividades, atividades e processos de manufatura que o Executivo deve lutar para registar no Inventário Nacional, dada a sua importância e contexto histórico. Por exemplo, a recriação Histórica do Corpo de Deus, a Feira de S. Martinho, a Festa da Sopa Seca, a Senhora da Saúde em Bustelo, o São Simão em Urrô, ou do Carneirinho, oriundo de finais do Século XIX. Tudo atividades muito conhecidas e que animam os penafidelenses durante todo o ano. -----

-----A Rede Nacional do Património Cultural e Imaterial também prevê a defesa e medidas de apoio às manifestações de Património Imaterial que se encontrem em risco. Penafiel é terra de vários ofícios, como o engenho do Linho e as Tamancarias, que deveriam ser um marco identitário da cultura penafidense. -----

-----Mas também há outras manifestações culturais com muitos anos de história, como os Bolinhos de Amor, originários de Casais Novos e o São Martinho, mas que se encontram à venda por toda a região e são um marco incontornável do nosso concelho. -----

-----Esperavam que a adesão à rede seja o mote para mais investimento em documentação e comunicação do património e que voltassem a ver editados os Cadernos do Museu, livros que davam a conhecer o património e que atraíam investigadores a escrever sobre o nosso concelho, bem como mais tertúlias e eventos culturais sobre Penafiel e sobre a sua história comum que tão bem é querida à nossa gente. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 47 votos a favor dos senhores deputados dos senhores deputados Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. ---

-----**9.º Ponto – Discussão e votação da proposta de desagregação da Freguesia de Luzim e Vila Cova, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Luzim e Vila Cova, realizada em 15 de dezembro de 2022, de acordo o disposto no nº 6, do**

artigo 12.º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho do Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias (RJCMEF), uma vez cumpridos os formalismos previstos nos números 3 e 4 do artigo 12.º da referida Lei; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor Presidente da Junta de Luzim e Vila Cova: Há dez anos atrás, aquando à agregação das freguesias, foi-nos prometida uma mão cheia de nada. Foi dito e prometido pelo senhor Presidente da Câmara, na campanha eleitoral, que "Vila Cova irá ganhar um praia fluvial e Luzim iria ganhar um centro social". De facto essas promessas estão cumpridas. -----

-----É constrangedor o parecer do senhor Presidente da Câmara Municipal de reduzir o processo de desagregação da freguesia de Luzim e Vila Cova a um parecer meramente legal, alegando o respeito pela vontade da população. A questão deveria começar por ali, ou seja, o que levou a população aderir e concordar com a desagregação? Talvez fosse verdade a ideologia da coesão social defendida pela senhora deputada Ana Lourenço a adesão da população a esse processo, seria menor. Se realmente essa ideologia defendida por alguns dos senhores deputados fosse verdadeira a população talvez não quisesse tanto a desagregação. Era necessário refletir quais os verdadeiros motivos o porquê daquela vontade da população. Mas há muitas outras vontades que a população de Luzim e Vila Cova gostariam de ver respeitadas. -----

----- A senhora deputada Ana Lourenço: Disse que votaria favoravelmente proposta de desagregação de freguesia porque acreditava na coesão social mas acima de tudo das pessoas que assinaram a petição. -----

-----Disse que foram várias as intervenções que ouviram falar em "apaniguados políticos", "manifestamente ilegal", ora a proposta de desagregação apresentada não cumpre vários critérios. Não sabia como é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luzim e Vila Cova vai explicar à sua população, porque assinaram a petição porque acreditaram no que lhes foi dito que era possível a desagregação. Esperava a proposta fosse aprovada em Lisboa, porque senão, tendo em conta que é manifestamente ilegal, não cumpre os requisitos exigidos, estavam ali em vão. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio

Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 10.º Ponto - Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

-----Inscreveu-se a cidadã, Sara Magalhães, residente em Irivo, Penafiel. -----

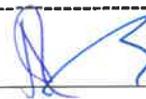
-----Dirigiu-se à Assembleia Municipal em seu, em nome da Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Vicente de Irivo e em nome de muitos cidadãos da freguesia de Irivo, inclusive a Comissão da festa da Nossa Senhora da Conceição, que estão preocupados com a construção de uma habitação coletiva, comércio e serviços no terreno adjacente à Capela da Nossa Senhora da Conceição, no lugar da Ermida, na freguesia de Irivo. -----

-----A capela encontra-se duplamente englobada num contexto alargado de proteção, proteção essa devida ao Memorial da Ermida e assinalada na planta do património (ponto 11.3 e 11.5) no PDM da Câmara Municipal de Penafiel ainda em vigor. -----

-----Nunca pensaram que pudesse ser levantada essa proteção, pelo valor histórico e patrimonial insubstituível que esta Capela tem para a nossa freguesia, uma vez que a mesma foi Igreja paroquial de Sta. Maria de Coreixas durante 500 anos e que desde o séc. XVII celebra anualmente a festa solene da Nossa senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro. Este património é herança da memória e identidade do povo de Irivo e também do concelho de Penafiel, crentes e não crentes. A referência a esta antiga paróquia é bem notória no "site" da Câmara Municipal de Penafiel, no que diz respeito à freguesia de Irivo, nesta descrição que passo a citar: "Irivo é uma freguesia situada no extremo ocidental do Concelho de Penafiel, está-lhe anexada, há muitos anos a antiga freguesia de Sta. Maria de Coreixas, antigo curato de apresentação do mosteiro de Cête". -----

----- Desde o dia 7 de abril deste ano fomos confrontados com o início das obras no terreno adjacente à Capela, sem que no local tenha existido qualquer aviso prévio de licenciamento. O aviso de licenciamento é colocado apenas no dia 11 de abril, depois das obras já terem sido iniciadas. Todos os licenciamentos são aprovados por esta câmara. Esta construção, aqui citada e o seu licenciamento é para todos o que valorizam o seu património histórico, uma vergonha e um erro, nunca devia ter acontecido e a forma como esta construção se iniciou, deixou em nós muitas dúvidas quanto ao seu processo. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Irivo, desde o início de toda esta situação que tomou as diligências necessárias para dar resposta a muitos que se insurgiram e que se revoltaram de imediato contra esta construção. Forneceu-nos também documentação necessária de prova da conformidade do licenciamento da mesma por parte desta Câmara Municipal. Nesta intervenção não duvidamos desta conformidade. Outra coisa não seria de esperar. -----



-----Mas aquela são as nossas questões fundamentais:-----

-----Como é possível ser levantada a zona de proteção, anulando por completo uma herança e memória coletiva, de valor insubstituível, em troca de um interesse privado?-----

-----Porquê a ausência de aviso prévio de licenciamento antes do início da construção? -----

-----A razão deste executivo não querer saber da história e património das suas freguesias, falando aqui exclusivamente da minha nem a defender aprovando o licenciamento desta construção? --

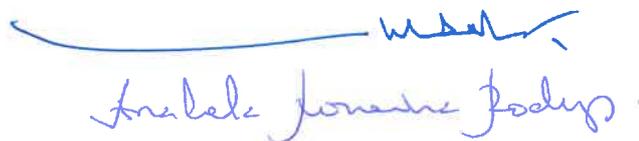
-----Referiu que se sentiam tristes, confusos e excluídos da parte deste executivo como cidadãos desde o início deste processo.-----

-----Disse que ia entregar na mesa uma lista de assinaturas da petição pública feita em defesa desta Capela e a lista de assinaturas do abaixo-assinado, solicitando ao senhor Presidente Assembleia a fizesse chegar à Câmara Municipal e a todos os membros desta assembleia, se assim entender por bem. --- -----

-----Agradeceu ao Presidente da Junta de Irivo e ao seu executivo, pela preocupação e agilidade em dar resposta a toda esta situação, por compreenderem o que a capela significa para a população de Irivo e por nos ter afirmado publicamente, em Assembleia de Freguesia, em querer salvaguardar o espaço que ainda resta em torno desta capela, preservando assim o património tão importante para todos.-- -----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos e por mim, Anabela Moreira Rodrigues, que a secretariei.-----


Anabela Moreira Rodrigues